

## EDUCAÇÃO PREVENTIVA NA INFÂNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID PEDAGOGIA NA CAMPANHA ‘FAÇA BONITO’

Maykho Ribeiro Maciel <sup>1</sup>  
Kênya Maria Vieira Lopes <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho apresenta o relato da experiência vivenciada nas ações desenvolvidas em alusão à campanha nacional de combate e enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes “Faça Bonito” do ano 2025, junto à Escola Municipal Imaculada Conceição II de Dianópolis/TO, na turma Pré II “E”, com crianças entre 5 (cinco) e 6 (seis) anos, no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), do curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – Campus Araguatins. Objetivou-se promover a participação ativa dos alunos no processo de compreensão sobre segurança e cuidado. O estudo, crítico descritivo, adotou uma abordagem metodológica qualitativa, segundo o referencial teórico inspirado em Freire (1996) e na pedagogia dialógica, que valoriza a escuta e o protagonismo dos sujeitos. As práticas consistiram em uma roda de conversa sobre autoproteção, pautada em uma abordagem sensível e adequada à faixa etária, seguida da atividade “semáforo do toque”, ferramenta lúdica voltada ao auxílio das crianças na identificação e diferenciação de toques seguros e perigosos. Foram desenvolvidas ainda, atividades de pintura e colagem utilizando os símbolos da campanha, para construção coletiva de um cartaz temático. A experiência revelou que a utilização de recursos visuais e atividades manuais propiciam o engajamento das crianças e facilitam a expressão de sentimentos e ideias, contribuindo assim para a conscientização desde a infância, reforçando o papel da escola como espaço seguro e comprometido com a proteção integral.

**Palavras-chave:** abuso sexual infantojuvenil, educação infantil, Faça Bonito, PIBID, prevenção.

### INTRODUÇÃO

A formação inicial docente demanda atenção contínua à criação de experiências que permitam ao estudante colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos. Ações extensionistas, como as desenvolvidas pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à

<sup>1</sup> Graduando do Curso Superior em Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) - Campus Araguatins. Bolsista do Subprojeto Pedagogia do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) - [maykho.ribeiro@gmail.com](mailto:maykho.ribeiro@gmail.com);

<sup>2</sup> Professora Orientadora: Docente do Instituto Federal do Tocantins (IFTO). Licenciada em Pedagogia (UFT). Mestre em Educação Agrícola (UFRRJ). Doutora em Educação em Ciências e Matemática (UFMT). Coordenadora do Subprojeto Pedagogia do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) - [kenya@ifto.edu.br](mailto:kenya@ifto.edu.br);





Docência (PIBID), configuram-se como instrumentos fundamentais para o aprimoramento de competências profissionais — entre elas o raciocínio analítico, o trabalho colaborativo e a comunicação —, promovendo uma interação dialógica e cooperativa entre o meio acadêmico e a comunidade (Corrêa-Silva; Penha; Gonçalves, 2017).

O abuso e a violência sexual contra crianças e adolescentes configura-se como uma das mais graves violações de direitos humanos, assunto da mais alta relevância diante dos profundos impactos no desenvolvimento físico, emocional e social das vítimas, exigindo resposta articulada entre escola, sociedade e Estado na busca pela “proteção integral” preconizada na legislação pátria (Brasil, 1990).

Enquanto espaço privilegiado de socialização e aprendizagem, a escola possui papel central na promoção de práticas educativas preventivas, fomentando a conscientização e a autoproteção desde os primeiros anos escolares.

Nesse contexto, a campanha nacional “Faça Bonito”, realizada anualmente no mês de maio, constitui importante instrumento de mobilização social em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, promovendo atividades visando a conscientização acerca da importância da temática da violência sexual infantojuvenil, corroborando a responsabilidade coletiva na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, assegurando-lhes uma vida saudável.

O presente trabalho descreve a experiência vivenciada no âmbito do PIBID – subprojeto Pedagogia EPT do IFTO – *Campus Araguatins*, junto à turma Pré II – “E”, da Escola Municipal Imaculada Conceição II, de Dianópolis/TO, durante a execução das atividades alusivas à campanha em 2025, integrando o movimento nacional de mobilização com o papel da escola como espaço seguro para diálogo, proteção e formação cidadã.

Segundo o referencial teórico inspirado na pedagogia dialógica idealizada por Freire (1996), pautada na valorização da escuta e do protagonismo dos sujeitos, foram empregados múltiplos métodos de ensino-aprendizagem, objetivando oportunizar um espaço educativo para abordar o conteúdo de forma lúdica e adequada à faixa etária, estimulando a expressão de sentimentos e percepções das crianças.

Entende-se que a associação de estratégias diversificadas, com o uso de recursos visuais e atividades manuais propicia o engajamento das crianças facilitando a interação e compreensão sobre autoproteção e cuidado, contribuindo assim com o caráter preventivo da ação, inculcando desde a infância a conscientização quanto a seriedade da questão.





## METODOLOGIA

Este estudo configura-se como um relato crítico-descritivo, com abordagem qualitativa, acerca da experiência vivenciada por um licenciando em Pedagogia EPT, bolsista do PIBID, no desenvolvimento das ações alusivas à campanha “Faça Bonito” do ano de 2025, na Escola Municipal Imaculada Conceição II, localizada na cidade de Dianópolis/TO.

As atividades foram realizadas no período vespertino do dia 14 de maio de 2025, das 13h às 17 horas, junto à turma Pré II – “E”, com a participação de 25 (vinte e cinco) alunos, de idades entre 5 (cinco) e 6 (seis) anos, sob a regência da professora Rosilene Soares de Sá e da auxiliar pedagógica Natalice Batista Lopes.

O planejamento pedagógico ocorreu em parceria entre as professoras responsáveis e o bolsista do PIBID, preocupando-se em promover a participação ativa das crianças com foco na formação cidadã e compreensão sobre autocuidado e a proteção infantil, estimulando a expressão de sentimentos e percepções infantis por meio de recursos lúdicos.

Nesse sentido, conforme leciona Freire:

A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de entender, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. Não há intelegibilidade (sic) que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade. O pensar certo por isso é dialógico e não polêmico (Freire, 1996, p. 20).

O procedimento de ensino-aprendizagem compreendeu a conjugação de 4 (quatro) metodologias distintas, quais sejam: a) roda de conversa sobre autoproteção; b) atividade lúdica de fixação “Semáforo do Toque”; c) exercício de pintura e colagem com símbolos da campanha; d) construção coletiva de cartaz temático.

Inicialmente, promoveu-se uma roda de conversa mediada pela professora regente, com o objetivo de levantar os conhecimentos prévios dos alunos acerca do tema. Foram fixadas no quadro figuras ilustrativas de crianças do sexo masculino e feminino contendo marcações coloridas nas partes do corpo indicando áreas onde o contato é permitido e proibido.

Estabelecido o diálogo por meio de uma abordagem sensível, a participação da turma foi estimulada com perguntas problematizadoras — como “O que é cuidar de si?” e “O que é





um toque que nos faz bem ou mal?” —, promovendo a construção coletiva de significados, acompanhado de orientações sobre o que fazer nas situações de risco e a quem recorrer.

Inspirada na pedagogia problematizadora proposta por Freire, a roda permitiu que as crianças fossem protagonistas de suas reflexões, desenvolvendo a oralidade, a escuta e o pensamento crítico. Conforme afirma Pitano:

Elemento fundamental da pedagogia freireana é o diálogo, sem o qual não há comunicação. Considerando que o diálogo deve ser desencadeado de modo a se fazer entender por todos os que dialogam, a comunicação se efetua tomando como mediação os problemas locais (Pitano, 2017, p. 90).

Como estratégia para fixação do aprendizado, aplicou-se a atividade lúdica “semáforo do toque”, sendo exortados à identificação e diferenciação de toques seguros e perigosos. Alguns alunos foram convidados a se dirigirem até o quadro para, com o auxílio dos colegas, apontar nos cartazes os locais, registrando em suas tarefas, as marcações nas cores correspondentes ao semáforo, reforçando a compreensão sobre autoproteção, segurança e respeito ao corpo, além da coloração das figuras.

A atividade favoreceu a internalização do conteúdo de forma concreta e significativa, em consonância com Piaget (1946 *apud* Montoya *et al.*, 2011, p. 93), que valoriza o jogo como forma de assimilação e acomodação do conhecimento:

O jogo de regras apresenta precisamente um equilíbrio sutil entre a assimilação ao eu – princípio de todo jogo – e a vida social ... ele não contradiz, pois, a noção de assimilação do real ao eu, ao mesmo tempo em que concilia essa assimilação lúdica com as exigências da reciprocidade sócia (sic).

Após o intervalo e lanche, apresentou-se as crianças o símbolo da campanha “Faça Bonito”, já disposto à frente durante todo o dia, atribuindo significado à margarida amarela como referência à luta pela proteção das crianças e adolescentes como responsabilidade de todos. Na sequência, foram distribuídas cópias da flor ícone, propondo que realizassem a pintura utilizando materiais à sua escolha, visando além de estimular a expressão artística e emocional, despertar o sentimento de participação no movimento.

A arte foi compreendida como linguagem, conforme Barbosa (2005, p. 58), que destaca sua função na construção da subjetividade infantil. Ao trabalhar com pintura e colagem, promoveu-se o desenvolvimento da coordenação motora fina, criatividade e sensibilidade estética, alinhados ao campo de experiência “Traços, sons, cores e formas” da BNCC.





Não se alfabetiza fazendo apenas as crianças juntarem as letras. Há uma alfabetização cultural sem a qual a letra pouco significa. A leitura social, cultural e estética do meio ambiente vai dar sentido ao mundo da leitura verbal.

Por fim, a turma elaborou um cartaz coletivo com a colagem das flores produzidas, identificadas com etiquetas nominais. Conforme colavam seus trabalhos, cada criança foi convidada a acrescentar folhas com suas digitais, nos caules que se interligavam formando um grande jardim, incutindo o sentimento de pertencimento à esta rede de proteção.

O material foi exposto no mural da escola, simbolizando o compromisso de toda a comunidade escolar com a proteção das crianças, representando a culminância do processo educativo e reforçou o valor do trabalho cooperativo e da aprendizagem compartilhada, aproximando o ambiente escolar de práticas sociais significativas.

Essa etapa representou a culminância do processo educativo e reforçou o valor do trabalho cooperativo e da aprendizagem compartilhada, aproximando o ambiente escolar de práticas sociais significativas, conforme defendido por Dewey (Lima e Gatti Jr., 2019), que concebe a escola como espaço de vida e de construção democrática:

[...] John Dewey vislumbrou na experiência educacional escolar a condição sine qua non para o desenvolvimento cognitivo, ético e estético dos educandos como forma para a expansão da experiência política, de modo a aperfeiçoar ideais democráticos na sociedade contemporânea.

A realização das atividades contou com recursos disponibilizados pela escola, como impressões e xerox, cartolina, papel A4, cola branca, tesoura e tintas guache. Nos exercícios de ilustração e pintura, cada aluno utilizou-se de seus próprios materiais.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação pedagógica que embasa a ação desenvolvida norteia-se pelo ideal freireano, ao propor uma educação problematizadora e emancipatória, com supedâneo na escuta ativa e no diálogo como instrumentos essenciais para a construção coletiva do saber. No contexto da prevenção à violência sexual, essa abordagem permite que crianças desenvolvam senso crítico, identifiquem situações de risco e fortaleçam vínculos de confiança com a comunidade escolar.

Segundo os ensinamentos de Santos *et al.* (2018, p. 134) sobre educação preventiva:





A escola ocupa um papel fundamental, pois a criança passa uma boa parte do seu dia nesse ambiente; os professores podem assim interagir e observar, mas muitas vezes, não se encontram preparados para identificar tais casos, daí a importância da formação continuada de professores para o trato com as questões que envolvem a violência sexual contra crianças e adolescentes.

A utilização das estratégias de atividades lúdicas e artísticas ampliam as possibilidades de comunicação e expressão infantil, favorecendo a internalização de valores e atitudes protetivas. Alinhando-se com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que orienta a Educação Infantil a partir dos direitos de aprendizagem e dos campos de experiência, destacando especialmente o campo “O eu, o outro e o nós”, voltado ao reconhecimento das emoções, do respeito mútuo e da convivência ética e solidária.

A experiência dialoga ainda com as diretrizes da Lei nº 13.431 (Brasil, 2017), que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, reforçando o papel da escola na promoção de ambientes seguros, conforme disposto em seu artigo 2º, *in verbis*:

Art. 2º A criança e o adolescente gozam dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas a proteção integral e as oportunidades e facilidades para viver sem violência e preservar sua saúde física e mental e seu desenvolvimento moral, intelectual e social, e gozam de direitos específicos à sua condição de vítima ou testemunha.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios desenvolverão políticas integradas e coordenadas que visem a garantir os direitos humanos da criança e do adolescente no âmbito das relações domésticas, familiares e sociais, para resguardá-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, abuso, crueldade e opressão.

Nesta senda, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), preconiza em seu artigo 18 a responsabilidade concorrente entre a família, sociedade e Estado na proteção das crianças e adolescentes (Brasil, 1990). Segundo Longuini e Evangelista (2024), a proteção integral coloca a criança no centro das preocupações, impondo a necessidade de fortalecer os mecanismos legais, capacitar profissionais para identificação de casos e conscientizar a comunidade para prevenir a ocorrência desses crimes.

Acerca da temática abordada, de rigor é o aprofundamento nos conceitos centrais, sendo a violência sexual compreendida como a violação dos direitos sexuais, no sentido de abusar ou explorar do corpo e da sexualidade de crianças e adolescentes (Santos *et al.*, 2019).

Longuini e Evangelista (2024) afirmam que a exploração e o abuso sexual se distinguem na medida em que se atrela a primeira uma relação de mercantilização, tenha ou





não valor econômico. Contudo, consiste em uma subdivisão cumulativa e não excludente, pois se há exploração, há abuso.

Para Vygotsky, conforme sua teoria do desenvolvimento infantil, o sujeito é concebido a partir do materialismo histórico e dialético, entendendo que sua relação com a realidade ocorre por mediações que lhe permitem ser transformado (Bastos e Pereira, 2003).

Posto isto, compreendendo-se o desenvolvimento humano a partir da interação social, a abordagem da proposta mediada pelo diálogo valendo-se de metodologias diversas, possibilita à criança uma maior interação com o mundo que se vive e o reconhecimento da realidade na qual está inserida, contribuindo para sua formação cidadã.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A participação nas atividades alusivas à campanha “Faça Bonito” possibilitou resultados significativos em três dimensões complementares, que se inter-relacionam no cotidiano escolar: a) crianças; b) escola; c) formação docente. A análise crítica desses impactos permite compreender como ações pedagógicas dialógicas, lúdicas e interativas contribuem para a construção de uma cultura de proteção e cuidado na Educação Infantil.

Na dimensão infantil, as crianças demonstraram envolvimento afetivo e participação, revelando uma compreensão progressiva sobre o tema da autoproteção. A roda de conversa evidenciou que, quando estimuladas por meio de um diálogo sensível, elas conseguem expressar percepções e sentimentos sobre o próprio corpo, segurança e confiança.

Durante as dinâmicas, verificou-se a partir da participação dos alunos, aspectos que evidenciaram a internalização conceitual de forma concreta, permitindo que as crianças simbolizassem situações cotidianas e estabelecessem critérios para distinguir limites corporais.

Revelaram não apenas criatividade, mas também representações da expressão estética e emocional, da ideia de proteção. Ao final, a construção coletiva do cartaz promoveu sentimento de pertencimento e reforçou a aprendizagem socializada.

Quanto ao aspecto escolar, a atividade representou uma ação de fortalecimento das práticas pedagógicas voltadas para a educação preventiva e para a promoção da cultura de proteção, ampliando o diálogo sobre direitos da criança, responsabilidade comunitária e a importância do enfrentamento à violência.





A participação ativa da equipe gestora e das professoras evidenciou a potencialidade das parcerias entre escola e programas de formação docente (como o PIBID), contribuindo para diversificar metodologias, integrar saberes e enriquecer o planejamento pedagógico com intervenções inovadoras.

Partindo para a dimensão da formação docente, a ação representou uma oportunidade formativa fundamental, articulando teoria e prática, planejamento colaborativo e reflexão crítica sobre a docência na Educação Infantil. O processo de construção do planejamento em parceria com as professoras regentes permitiu vivenciar o trabalho docente em sua dimensão coletiva, rompendo com a compreensão isolada do professor e reconhecendo o valor da atuação dialógica, conforme Paulo Freire.

Desta forma, conclui-se que a prática levou o bolsista a perceber que a docência se realiza no encontro com as crianças, na experiência vivida e na participação na vida escolar real — aspectos essenciais para a construção da identidade profissional docente.

## AGRADECIMENTOS

À Escola Municipal Imaculada Conceição II pela parceria, na pessoa da gestora Luciana Monteiro. Às crianças da turma Pré II - E, protagonistas desta experiência, representadas pela Prof.<sup>a</sup> Rosilene Soares de Sá (regente) e Prof.<sup>a</sup> Natalice Batista Lopes (auxiliar), às quais rendo homenagens pelo exímio trabalho desenvolvido. Ao PIBID/IFTO pelo incentivo à formação docente, especialmente à coordenadora de área Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kênya Maria Vieira Lopes e supervisora Prof.<sup>a</sup> Telma Cruz Costa, pela orientação e apoio.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, I. M. e S.; PEREIRA, S. R. A contribuição de Vygotsky e Wallon na compreensão do desenvolvimento infantil. **Linhas**, v. 8, n. 1, p. 1-25, 2007.

BARBOSA, A. M. **A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm). Acesso em: 10 jul. 2025.







\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 9 jul. 2025.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação infantil e ensino fundamental.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf). Acesso em: 11 jul. 2025.

CAVALCANTI, M. S.; MELO, F. L. **Educação preventiva e direitos da infância.** Recife: EDUPE, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIMA, G. de G.; GATTI JR., D. Educação, sociedade e democracia em John Dewey. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 23, p. 1–43, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/93210>. Acesso em: 18 jul. 2025.

LIMA, R. A.; SANTOS, V. P. A escola como espaço de prevenção à violência sexual. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 40, 2019.

LONGUINI, R. C. F.; EVANGELISTA, S. A violência sexual contra crianças e adolescentes: aspectos da região norte do Brasil. Rio Branco: **ESJUD**, v. 1, n. 1, p. 60-86, 2024. Disponível em: <https://periodicos.tjac.jus.br/index.php/esjudtjac/article/view/26>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MONTOYA, A. O. D. *et al.* (org.). **Jean Piaget no século XXI: escritos de epistemologia e psicologia genéticas.** Marília: Cultura Acadêmica; Oficina Universitária, 2011.

PITANO, S. de C. A educação problematizadora de Paulo Freire, uma pedagogia do sujeito social. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 1, p. 87-104, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v42i1.43774>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SANTOS, W. R. C.; SANTOS, R. A. dos; NEVES, J. d'A. V.; OLIVEIRA, M. V. O papel da Escola para o enfrentamento da Violência Sexual contra crianças nos discursos de professores do Ensino Fundamental em Augusto Corrêa - PA. **@rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v.6, n.14, p.114–154, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/arquivobrasileiroeducacao/article/view/20870>. Acesso em: 9 jul. 2025.

